

Apresentação

Em 1999 organizamos o número 31, da Revista *Perspectiva*, intitulado “Leituras: construindo caminhos para a formação do leitor”, o qual, dada a receptividade que teve, por professores dos diferentes níveis de ensino e por alunos dos cursos de Pedagogia e Letras, nos motivou a organizar, desta vez, este número mais abrangente sobre o ensino da Língua Portuguesa.

Salta aos olhos de todos que, de alguma forma, mantém contato com professores de português, a angústia com que estes vêm enfrentando o cotidiano de sala de aula, em razão das novas propostas pedagógicas que lhes estão sendo apresentadas, sem que tenham tido condições ideais de se apropriarem dos seus conteúdos. Falo, especificamente, dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs e de Propostas Curriculares de Estados e Municípios, que demandam para a sua aplicação conhecimentos teóricos e reflexão aprofundada sobre o como fazer a travessia de uma prática pedagógica cristalizada e marcada por uma concepção de linguagem fundamentada em teorias estruturalistas, de normas prescritivas, para outra com fundamentos na lingüística textual e na teoria da enunciação.

Não se deve mais ensinar gramática. Os textos não podem ser usados como pretexto para análises sintáticas. Os alunos devem escrever textos e não fazer redações. É preciso formar alunos “autores”. É preciso trabalhar com diferentes gêneros textuais. Estes e tantos outros aforismos passam a fazer parte do discurso dos professores, oriundos do “ouvir dizer” ou de cursos relâmpagos de capacitação, sem a necessária conversa, discussão e reflexão sobre esse novo conhecimento que é colocado, não raro, em oposição às práticas pedagógicas até então realizadas.

Dados de pesquisa que vimos realizando em escola pública estadual sobre as metodologias de referência no ensino da língua materna (Projeto FUNPESQUISA 208/2000) vêm mostrando que o fazer pedagógico do professor não se dá ao acaso. Ele ancora-se em conhecimentos internalizados que refletem concepções de educação, de ensino, de aprendizagem, de língua, sob as quais foi formado e que lhe parecem ser

as mais adequadas aos objetivos a que se propõe. Isso nos leva a compreender que não se trata, portanto, de, simplesmente, mudar procedimentos de ensino, mas de construir novos saberes metodológicos a partir da conscientização de que novos olhares se fazem necessários aos processos que até então se julgavam adequados às metas escolares. Também não se trata de impingir modelos, pois que a constituição do sujeito leitor-autor-escritor levará em consideração, certamente, o universo cultural dos alunos e as práticas de leitura e escrita a que são expostos e as que a eles são requeridas, no meio social em que vivem.

Esses novos olhares deverão contemplar, por certo, uma análise e reflexão das práticas de sala de aula para que a língua em funcionamento possa ser o objeto de estudo da disciplina de Língua Portuguesa. Os objetivos do ensino, no nível fundamental e médio, serão, então, os de que o aluno constitua-se escritor e leitor, sendo capaz de dar conta das diferentes demandas de leitura e escrita da sociedade letrada.

Os artigos dos diferentes autores que colaboram com este número da *Perspectiva* buscam atender a esse nosso chamado – contribuir com estudos teóricos e práticos para a formação contínua do professor, apresentando reflexões sobre teorias ainda não bem compreendidas e indicando possibilidades efetivas de mudança.

Maria Helena Mira Mateus, apoiando-se em Chomsky, reafirma a capacidade cognitiva do ser humano, para a aquisição e o desenvolvimento da linguagem, ao se valer de numerosas e complexas operações mentais. Aborda a necessidade de serem consideradas “outras vertentes que especificamente contribuem para o desenvolvimento psico-social do indivíduo em contexto educativo, e que decorrem das características da linguagem humana e das línguas em particular”.

Adair Bonini faz uma revisão sobre o debate em torno das metodologias de ensino da produção textual. Demonstra, em seu texto, que as orientações de produção textual tradicionais apagam a dialogicidade de que se constitui a linguagem. Ele corrobora a posição de que a abordagem interacionista é mais aceita e que se faz necessário repensar a aplicação pedagógica dos conhecimentos provenientes das pesquisas da Psicolinguística. Vê a metodologia de projetos como uma possibilidade de ação e a importância das discussões sobre a noção de gênero textual e discursivo para um novo pensar sobre o ensino da língua.

É preciso cuidar para que esse movimento de mudança, que vem

incorporando concepções de gêneros e de diferentes tipologias textuais, principalmente em decorrência de orientações dos PCNs, não se traduza em um novo modismo – salienta Bernardete Biasi-Rodrigues em seu artigo. As novas orientações, embora conduzindo para o trabalho com a linguagem, considerando as práticas sociais, ainda se ancoram em estruturas tradicionais no encaminhamento do trabalho com a produção textual. Há lacunas teóricas e metodológicas nos materiais de orientação que necessitam ser preenchidas.

A compreensão das lacunas, de que se falou anteriormente, torna-se possível com a leitura do texto de Irandé Costa Antunes que aborda os rumos da investigação lingüística até se chegar à noção de gêneros do texto, enumerando dez pontos que julga essenciais para se entender esse novo conceito, valendo-se, para isso, das teorias de Bakhtin e Adam, dentre outros autores.

Nesta mesma direção, Maria Marta Furlanetto faz uma reflexão sobre gênero discursivo e tipo textual, mostrando conflitos existentes no entendimento de conceitos relativos a esse tema, em uma publicação didática bastante utilizada em situação de ensino/aprendizagem de língua portuguesa. Cita, como exemplo concreto de esforço para superar a falta de clareza na transposição dessa nova abordagem para a sala de aula, a Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina, editada em 1998, cujas autoras trabalharam “o gênero em suas relações com os tipos de seqüências textuais formando enunciados concretos, alertando para as caracterizações tradicionais em termos de modalidades (o falado e o escrito), discutindo-as, mostrando articulações e contrastes”. Ressalta Furlanetto que se a abordagem pedagógica deve mudar, formas de interlocução precisam ser estabelecidas entre os professores que estão nas escolas e aqueles que podem oferecer reflexões produtivas sobre os conhecimentos que se vêm produzindo sobre a dimensão enunciativa da linguagem.

Abordar gêneros discursivos e textuais implica necessariamente trabalhar com uma noção de autor. Sírio Possenti discute, então, a questão da autoria a partir de posições como a de “dar voz ao outro” e de “manter distância”. Analisa textos de escritores e uma redação escolar em que demonstra os indícios de autoria marcados pelo uso de verbos “dicendi” e por um “jogo estilístico discursivo”. Os indícios de autoria, para Possenti, não estão no cumprimento de exigências

gramaticais nem nas exigências de ordem textual, mas, sim, são provenientes da ordem do discurso.

Assumindo uma concepção sócio-histórica de linguagem e a concepção de estilo defendida por Possenti, Maria Laura Mayrink-Sabinson analisa os efeitos da leitura na produção escrita de L.M., e como as leituras realizadas auxiliaram na construção de um estilo individual de escrever e ver o mundo deste sujeito. A opção metodológica de pesquisa – metodologia indiciária – favoreceu, segundo a autora, a análise de detalhes na relação leitura-produção de textos.

No âmbito da Psicolinguística, Leonor Scliar-Cabral salienta a importância do desenvolvimento das capacidades metafonológicas, para o desenvolvimento da leitura e escrita proficiente, no ensino do português. Apresenta as diferenças entre consciência fonológica e capacidades metafonológicas, em relação a outros processamentos automáticos da cadeia da fala, analisando criticamente exemplos de testes utilizados na clínica fonaudiológica. A autora visa a contribuir ao debate sobre o ensino da língua materna, notadamente no que diz respeito ao ensino-aprendizagem dos princípios do sistema alfabético do português – “a percepção da fala como um contínuo e da escrita como constituída de unidades discretas”.

Com relação às unidades discretas de que se compõe a língua, Mônica Magalhães Cavalcante apresenta estudo sobre os referenciais teóricos que abordam as normas prescritivas para o uso dos demonstrativos, sugerindo que o ensino desses demonstrativos se volte para as diferentes motivações que os selecionam, em decorrência da situação discursiva em que se constituem. Diz a autora: “O ensino produtivo dos demonstrativos em português deveria iniciar-se pela abertura do leque de possibilidades de uso desses pronomes nos mais diversificados contextos de produção.”

Finalizando esta coletânea de artigos, que conduz a exercícios de reflexão e a ações pedagógicas, têm-se os textos de Rosa Maria Cuba Riche e de Maria de Lurdes Ferreira Cabral. O primeiro, sintetizando as muitas vozes aqui presentes, materializa uma das muitas possibilidades de trabalhar a língua como lugar de real interação em sala de aula, como espaço de desenvolvimento de autoria, por meio do trabalho com diferentes gêneros textuais. E o segundo, a partir de uma abordagem comunicativa, apresenta uma proposta de ensino-aprendizagem do Português, como língua estrangeira. Ao se tratar da expressão da língua portuguesa e de

seu ensino é preciso considerar também sua abrangência transnacional, pois a necessidade de conhecimento e domínio dessa língua e o interesse pela cultura e pelos seus falantes ultrapassam nossas fronteiras.

Certamente tantas outras leituras serão feitas dessa revista, quantas são as vivências de todos os interessados em discutir essa temática e contribuir de forma efetiva para o melhor desempenho dos professores em sala de aula. Importa que no processo de ensino e aprendizagem professores e estudantes tenham consciência da linguagem de que fazem uso e compreendam a maneira pela qual ela funciona no contexto social - o que lhes permitirá fazer escolhas e exercitar as interlocuções nas quais se constituem sujeitos-autores, “construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história ...” (Freire, 1980, p.40).

Florianópolis, maio de 2002.

Nilcéa Lemos Pelandré

Referência

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação*. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes, 1980.